

# **Demonstrações Contábeis**

## **Rio Verde Energia S.A.**

31 de dezembro de 2014  
com Relatório dos Auditores Independentes

# Rio Verde Energia S.A.

## Demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2014 e 2013

### Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis.....1

#### Demonstrações contábeis auditadas

Balancos patrimoniais.....3

Demonstração dos resultados .....4

Demonstração dos resultados abrangentes..... 5

Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....6

Demonstração dos fluxos de caixa .....7

Demonstração do valor adicionado.....8

Notas explicativas às demonstrações contábeis .....9

## **Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis**

Aos Administradores e Acionistas da  
**Rio Verde Energia S.A.**

Examinamos as demonstrações contábeis da Rio Verde Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis**

A Administração da Companhia não registrou o direito e consequente obrigação contratual correspondente ao Uso do Bem Público – UBP previstos no contrato de concessão com a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, como requerem as práticas contábeis adotadas no Brasil. Consequentemente, em 31 de dezembro de 2014 os saldos do ativo e do passivo estão reduzidos em R\$ 11.859 mil e R\$ 17.380 mil (R\$ 15.744 mil e R\$ 17.869 mil em 31 de dezembro de 2013), respectivamente, e o lucro líquido do período está aumentado em R\$ 3.396 mil (R\$ 3.291 mil em 31 de dezembro de 2013), líquidos de impostos e o patrimônio líquido aumentado em R\$ 5.521 mil (R\$ 2.125 mil em 31 de dezembro de 2013), líquido dos impostos.

### **Opinião sobre as demonstrações contábeis**

Em nossa opinião, exceto pelos efeito do assunto descrito no parágrafo “Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Rio Verde Energia S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Outros assuntos**

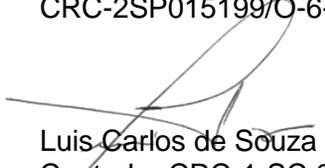
#### **Demonstrações contábeis do valor adicionado**

Examinamos, também, as demonstrações contábeis do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, mas não é requerida para as entidades de capital fechado. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos descritos anteriormente e, com base em nossos exames, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Curitiba, 6 de fevereiro de 2015.

#### **Ernst & Young**

Audidores Independentes S.S.  
CRC-2SP015199/O-6-F-PR



Luis Carlos de Souza  
Contador CRC-1-SC 021.585/O-4



Ana Andréa Iten de Alcântara  
CRC SC-025678/O-3 T-PR

## Rio Verde Energia S.A.

Balço patrimonial  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013  
(Em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
<b>Ativo</b>			
Ativo Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	4.161	240
Contas a receber	5	10.864	10.783
Partes relacionadas	6	5.789	2.877
Aplicações financeiras vinculadas	7	11.514	12.961
Impostos a recuperar	8	2.859	8.518
Despesas antecipadas		866	485
Outros créditos		1	676
		<u>36.054</u>	<u>36.540</u>
Ativo não Circulante			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	3.491	3.631
Outros créditos		566	533
Imobilizado	10	525.606	547.498
Intangível	11	99	91
		<u>529.762</u>	<u>551.753</u>
<b>Total do ativo</b>		<u><b>565.816</b></u>	<u><b>588.293</b></u>
<b>Passivo</b>			
Passivo circulante			
Fornecedores	12	6.979	917
Encargos setoriais	13	3.295	2.410
Partes relacionadas	6	2.840	3.512
Empréstimos e financiamentos	14	18.888	18.487
Salários e encargos sociais		504	161
Obrigações fiscais		5.044	6.962
Imposto de renda e contribuição social correntes		-	1.566
Dividendos a pagar	16.5	2.283	4.135
Juros sobre capital próprio	16.5	5.849	5.292
Outras obrigações	15	7.128	7.149
		<u>52.810</u>	<u>50.591</u>
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos	14	237.666	259.849
Provisão para riscos cíveis	21	89	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	40.800	42.603
		<u>278.555</u>	<u>302.452</u>
Patrimônio líquido			
Capital social	16.1	130.000	130.000
Ajuste de avaliação patrimonial	16.3	79.201	82.701
Reserva de lucros	16.4	25.250	22.549
		<u>234.451</u>	<u>235.250</u>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<u><b>565.816</b></u>	<u><b>588.293</b></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Rio Verde Energia S.A.

Demonstração dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de reais, exceto o lucro por ação expresso em reais)

	Notas	31/12/2014	31/12/2013
<b>Receita operacional líquida</b>	17	<b>129.512</b>	117.780
<b>Custos operacionais</b>			
Pessoal		(272)	(149)
Operação e manutenção		(16.158)	(19.084)
Compra de energia elétrica		(38.511)	(17.950)
Depreciação		(22.968)	(22.947)
Encargos do setor elétrico		(11.614)	(12.572)
Outros custos		(63)	-
		<b>(89.586)</b>	(72.702)
<b>Lucro bruto</b>		<b>39.926</b>	45.078
<b>Despesas operacionais</b>			
Despesas administrativas	18	(8.202)	(3.935)
Pessoal		(1.113)	(1.648)
Administradores	19	(740)	(703)
Depreciação		(143)	(136)
Outras receitas e despesas		(777)	(1.270)
		<b>(10.975)</b>	(7.692)
<b>Lucro operacional</b>		<b>28.951</b>	37.386
<b>Resultado financeiro líquido</b>	20		
Receitas financeiras		1.409	2.042
Despesas financeiras		(18.943)	(20.959)
		<b>(17.534)</b>	(18.917)
<b>Lucro operacional antes do IRPJ e CSLL</b>		<b>11.417</b>	18.469
Imposto de renda e contribuição social corrente		(3.467)	(6.086)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		1.662	1.526
<b>Total do imposto de renda e contribuição social</b>	9	<b>(1.805)</b>	(4.560)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>9.612</b>	<b>13.909</b>
Lucro por ação básico e diluído – R\$	21	<b>0,1362</b>	0,1971

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Rio Verde Energia S.A.

Demonstração dos resultados abrangentes  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013  
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Lucro líquido do exercício	9.612	13.909
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>9.612</u>	<u>13.909</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Rio Verde Energia S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013.  
(Em milhares de reais)

Notas	Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial	Reserva de lucros		Lucros acumulados	Total
			Reserva de lucros a destinar	Reserva legal		
<b>Em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>130.000</b>	<b>86.201</b>	<b>18.468</b>	<b>1.766</b>	<b>-</b>	<b>236.435</b>
Resultado abrangente						
Realização do ajuste de avaliação patrimonial (custo atribuído)	-	(3.500)	-	-	3.500	-
Dividendos adicionais	-	-	(4.694)	-	-	(4.694)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	13.909	13.909
Destinação do resultado:						
Constituição de reserva legal	-	-	-	870	(870)	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	(4.135)	(4.135)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(6.265)	(6.265)
Reserva de lucros	-	-	6.139	-	(6.139)	-
<b>Em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>130.000</b>	<b>82.701</b>	<b>19.913</b>	<b>2.636</b>	<b>-</b>	<b>235.250</b>
Resultado abrangente						
Realização do ajuste de avaliação patrimonial (custo atribuído)	-	(3.500)	-	-	3.500	-
Dividendos adicionais	-	-	(500)	-	-	(500)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	9.612	9.612
Destinação do resultado:						
Constituição de reserva legal	-	-	-	481	(481)	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	(2.283)	(2.283)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(7.628)	(7.628)
Reserva de lucros	-	-	2.720	-	(2.720)	-
<b>Em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>130.000</b>	<b>79.201</b>	<b>22.133</b>	<b>3.117</b>	<b>-</b>	<b>234.451</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Rio Verde Energia S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013  
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	<b>9.612</b>	13.909
Ajustes por itens que não afetam o caixa		
Depreciação	<b>23.100</b>	23.073
Amortização	<b>11</b>	10
Juros sobre empréstimos e financiamentos	<b>18.430</b>	19.637
Imposto de renda e contribuição social diferidos	<b>(1.662)</b>	(1.526)
Baixa de bens do imobilizado	<b>29</b>	966
Provisão de IR sobre JSCP	<b>-</b>	(940)
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber de clientes	<b>(81)</b>	(1.331)
Partes relacionadas	<b>(3.584)</b>	2.582
Impostos a recuperar	<b>5.659</b>	7.484
Outras variações no ativo	<b>1.708</b>	(891)
Fornecedores	<b>6.062</b>	(1.837)
Encargos setoriais	<b>885</b>	2.391
Salários e encargos sociais	<b>343</b>	(432)
Obrigações fiscais	<b>(3.063)</b>	1.634
Imposto de renda e contribuição social correntes	<b>(1.566)</b>	(3.229)
Outras obrigações	<b>69</b>	(1.329)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	<u><b>55.952</b></u>	<u>60.171</u>
Atividades de investimento		
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	<b>(1.257)</b>	(678)
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u><b>(1.257)</b></u>	<u><b>(678)</b></u>
Atividades de financiamento		
Dividendos pagos	<b>(4.635)</b>	(13.082)
Juros sobre capital próprio pagos	<b>(5.926)</b>	(5.727)
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	<b>(40.213)</b>	(41.745)
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	<u><b>(50.774)</b></u>	<u>(60.554)</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u><b>3.921</b></u>	<u>(1.061)</u>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
No início do exercício	<b>240</b>	1.301
No fim do exercício	<u><b>4.161</b></u>	<u>240</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u><b>3.921</b></u>	<u>(1.061)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Rio Verde Energia S.A.

Demonstração do valor adicionado  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013  
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
<b>Receitas</b>	<b>144.162</b>	130.973
Receitas relativas à venda de energia	144.141	130.973
Outras receitas	21	-
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>	<b>(77.024)</b>	(55.390)
Custos dos produtos vendidos	(68.139)	(50.460)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(8.885)	(4.930)
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>67.138</b>	75.583
<b>Retenções</b>	<b>(23.111)</b>	(23.083)
Depreciação	(23.100)	(23.073)
Amortização	(11)	(10)
<b>Valor adicionado líquido produzido pela entidade</b>	<b>44.027</b>	52.500
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>	<b>1.409</b>	2.042
Receitas financeiras	1.409	2.042
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>45.436</b>	54.542
<b>Distribuição do valor adicionado</b>	<b>45.436</b>	54.542
Pessoal	1.863	2.129
Remuneração direta	657	1.431
Benefícios	1.107	583
F.G.T.S	99	115
Impostos, taxas e contribuições	14.958	17.435
Federais	14.940	17.149
Estaduais	9	39
Municipais	9	247
Remuneração do capital de terceiros	19.003	21.069
Juros relativos à capitais de terceiros	18.942	20.959
Aluguéis	61	110
Lucros retidos do exercício	9.612	13.909
Juros sobre Capital Próprio	7.628	6.265
Dividendos	2.283	4.135
Lucro do exercício	-	3.509
Lucros retidos	(299)	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## **Rio Verde Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **1. Contexto Operacional**

A Rio Verde Energia S.A. (“Rio Verde” ou “Companhia”), foi constituída em 22 de julho de 2002, sob a forma de uma sociedade anônima de capital fechado na condição de produtora independente de energia elétrica e tem como objeto social a implantação, a produção, a comercialização de energia elétrica e a instalação da linha de transmissão de interesse restrito à central geradora de energia elétrica, mediante concessão para exploração do potencial energético denominado Usina Hidrelétrica Salto (“UHE Salto” ou “Usina”), localizada no Rio Verde, nos municípios de Itarumã e Caçu, no Estado de Goiás, objeto do Leilão nº 001/2002 da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, que originou o Contrato de Concessão nº 090/2002 – ANEEL, com prazo de 35 anos, contados a partir de 11 de dezembro de 2002 (término da concessão em dezembro de 2037), podendo ser prorrogado mediante o cumprimento pela Companhia das condições estabelecidas pelo contrato de concessão. A sede administrativa da Companhia está localizada na Rodovia BR 116, km 395, nº 2651 – Bairro Alto – CEP – 82.590-100, em Curitiba, Estado do Paraná.

A Companhia iniciou a operação da 1ª máquina em 25 de maio de 2010 e da 2ª máquina em 28 de agosto de 2010, com capacidade total instalada de 116 MW conforme aprovação da ANEEL publicado no Diário Oficial da União no dia 27 de março de 2009.

Em 19 de agosto de 2011, foi publicado no Diário Oficial da União a Portaria nº 33, que define critérios gerais de garantia de suprimento, o novo montante da garantia física de energia da UHE Salto, alterando a energia assegurada de 558.888 MWh / ano para 593.928 MWh/ano.

Como pagamento pelo Uso de Bem Público (“UBP”) para aproveitamento do potencial energético objeto do contrato de concessão, a Companhia recolherá à União, do 6º ao 35º ano de concessão, contados da data de assinatura do contrato, ou enquanto estiver na exploração do aproveitamento do potencial energético da UHE Salto, parcelas mensais equivalentes a 1/12 do pagamento anual proposto de R\$ 450 corrigidos anualmente ou com a periodicidade que a legislação permitir, com base na variação do Índice Geral de Preços de Mercado (“IGP-M - FGV”), a partir de julho de 2002.

A concessão será considerada extinta nos seguintes eventos: termo final do contrato de concessão, encampação, caducidade, rescisão, anulação decorrente de vício ou irregularidade constatada no procedimento ou no ato de sua outorga e falência ou extinção da Companhia. Ao termo final do contrato de concessão, todos os bens e instalações vinculados ao aproveitamento hidrelétrico passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização, paga à Companhia, dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados e apurados em auditoria pela ANEEL.

## **Rio Verde Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 -- Continuação  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **1. Contexto Operacional -- Continuação**

Em junho de 2007, a Companhia firmou com a Votorantim Comercializadora de Energia Ltda. (“Votener”) o Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica (“*Power Purchase Agreement*” ou “PPA”) do total da energia assegurada da UHE Salto, atualmente correspondente a 593.928 MWh/ano, ou 67,8 MW médios, pelo período de 16 anos, contados a partir da operação comercial. Pelos termos do acordo, o preço médio é de R\$ 130,00 por MWh (R\$ 126,00 no início e R\$ 132,00 no final), reajustado anualmente pelo IGP-M. Em maio de 2014, a Companhia reajustou o preço da energia, sendo o preço praticado atualizado de R\$ 201,83 por MW/h.

### **2. Elaboração e apresentação das demonstrações contábeis**

#### **2.1 Bases de preparação e apresentação das demonstrações contábeis**

##### **a. Declaração de conformidade**

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil por meio de Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas (coletivamente “CPCs”), emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) adotados no Brasil e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

##### **b. Base de mensuração**

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo.

##### **c. Moeda funcional e moeda de apresentação**

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras divulgadas nas demonstrações contábeis apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

##### **d. Autorização de conclusão das demonstrações contábeis**

A emissão das presentes demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 30 de janeiro de 2015.

## **Rio Verde Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 -- Continuação  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **2. Elaboração e apresentação das demonstrações contábeis** -- Continuação

#### **2.2 Uso de estimativas**

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

#### **2.3 Informação por segmento**

A Companhia atua somente no segmento de geração de energia elétrica, como concessionária de Produção Independente de energia elétrica, e suas demonstrações dos resultados refletem essa atividade.

#### **2.4 Demonstrações do Valor Adicionado – DVA**

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado(DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis. As demonstrações de valor adicionado são aplicáveis somente para companhias abertas. Entretanto, a Administração da Companhia optou por divulgar a DVA como informação financeira adicional.

#### **2.5 Pronunciamentos emitidos mas que não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2014**

Diversas normas e interpretações foram emitidas pelo CPC e IASB, mas ainda não adotadas até a data de emissão destas demonstrações contábeis. A Companhia avalia que a aplicação destas normas, quando aplicáveis, não deve trazer impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

## Rio Verde Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 -- Continuação  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 3. Principais práticas contábeis adotadas

#### 3.1 Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

#### 3.2 Impostos

##### Imposto sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto:

- quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e
- quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas;
- o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

##### Imposto de renda e contribuição social – Correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço no país em que a Companhia opera e gera receita tributável.

## Rio Verde Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 -- Continuação  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 3. Principais práticas contábeis adotadas -- Continuação

#### 3.2 Impostos – Continuação

##### Imposto de renda e contribuição social - Diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizados possam ser utilizados.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributários futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Caso a estimativa de lucros tributáveis futuros indique que os impostos diferidos ativos não serão recuperados no prazo e condições previstos, a Companhia registra provisão para redução ao seu provável valor de realização. Esta análise é fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinada em estudo técnico aprovado pelos órgãos de administração da Companhia.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

## Rio Verde Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 -- Continuação  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 3. Principais práticas contábeis adotadas -- Continuação

#### 3.3 Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

##### i. Ativos financeiros

###### *Reconhecimento inicial e mensuração*

Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis conforme a situação. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, aplicações financeiras e outros créditos.

###### *Mensuração subsequente*

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

###### *Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado*

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

## Rio Verde Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 -- Continuação  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 3. Principais práticas contábeis adotadas -- Continuação

#### 3.3 Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente -- Continuação

##### i. Ativos financeiros -- Continuação

###### Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

###### Investimentos mantidos até o vencimento

Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Companhia tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou prêmio sobre a aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização dos juros efetivos é incluída na rubrica receitas financeiras, na demonstração do resultado. As perdas originadas da redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

## Rio Verde Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 -- Continuação  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 3. Principais práticas contábeis adotadas -- Continuação

#### 3.3 Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente -- Continuação

##### i. Ativos financeiros -- Continuação

###### *Ativos financeiros ao custo amortizado*

Em relação aos ativos financeiros apresentados ao custo amortizado, a Companhia inicialmente avalia individualmente se existe evidência clara de perda por redução ao valor recuperável de cada ativo financeiro que seja individualmente significativa, ou em conjunto para ativos financeiros que não sejam individualmente significativos. Se a Companhia concluir que não existe evidência de perda por redução ao valor recuperável para um ativo financeiro individualmente avaliado, quer significativo ou não, o ativo é incluído em um grupo de ativos financeiros com características de risco de crédito semelhantes e os avalia em conjunto em relação à perda por redução ao valor recuperável.

Ativos que são avaliados individualmente para fins de perda por redução ao valor recuperável e para os quais uma perda por redução ao valor recuperável seja ou continue a ser reconhecida não são incluídos em uma avaliação conjunta de perda por redução ao valor recuperável.

Quando houver evidência clara da ocorrência de redução do valor recuperável, o valor da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de crédito futuras esperadas ainda não incorridas). O valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados é descontado pela taxa de juros efetiva original para o ativo financeiro.

O valor contábil do ativo é reduzido por meio de uma provisão, e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado.

##### ii. Passivos financeiros

###### *Reconhecimento inicial e mensuração*

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

## Rio Verde Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 -- Continuação  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 3. Principais práticas contábeis adotadas -- Continuação

#### 3.3 Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente -- Continuação

##### ii. Passivos financeiros -- Continuação

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos e outras obrigações.

##### *Mensuração subsequente*

##### Empréstimos e financiamentos

A mensuração dos passivos financeiros depende de sua classificação. Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

#### 3.4 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste.

## **Rio Verde Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 -- Continuação  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **3. Principais práticas contábeis adotadas -- Continuação**

#### **3.5 Imobilizado**

Os bens do ativo imobilizado da Companhia foram avaliados ao custo atribuído ("deemed cost") na data de transição para as normas internacionais de contabilidade, deduzidos das respectivas depreciações. Os ativos estão deduzidos da depreciação acumulada e das perdas por recuperabilidade, se aplicável.

A Administração da Companhia com base na interpretação da Lei 8.987/95 e do Decreto nº 2.003/96, considera que não haverá indenização pelo Poder Concedente, ao final do prazo de concessão, do valor residual dos bens que integram o Projeto Original. Desta forma, a partir de 1º de janeiro de 2011 passou a depreciar os ativos que integram a Usina utilizando as Taxas da ANEEL, ou o prazo de concessão, dos dois o menor, em que pese a legislação e o contrato prever a possibilidade da renovação da concessão. A alteração da vida útil foi adotada de forma prospectiva conforme estabelece o CPC 23.

Os juros e demais encargos financeiros e efeitos inflacionários decorrentes dos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados nas imobilizações em curso, são computados como custo do respectivo imobilizado.

Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, essas partes são reconhecidas como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos.

Um item do ativo imobilizado é baixado quando é vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

## **Rio Verde Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 -- Continuação  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **3. Principais práticas contábeis adotadas -- Continuação**

#### **3.5 Imobilizado -- Continuação**

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

##### Critério para a determinação do Custo Atribuído ("Deemed Cost")

Com base na isenção estabelecida pelo CPC 37 - Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade e nas diretrizes estabelecidas na ICPC 10 - Esclarecimentos Sobre os Pronunciamentos Técnicos CPC 27 - Ativo Imobilizado e CPC 28 - Propriedade para Investimento, a Companhia contratou consultoria especializada para proceder a avaliação do valor justo dos seus ativos na data-base 31 de dezembro de 2008.

A Companhia estabeleceu que o critério mais adequado para avaliar o valor justo do ativo imobilizado da UHE Salto é com base no fluxo de caixa descontado. Pelo laudo preparado por consultoria especializada, o ajuste ao custo atribuído o qual foi registrado no imobilizado da UHE Salto em 31 de dezembro de 2008 é de R\$143.194. Com base na avaliação da Administração da Companhia, o total do custo atribuído foi rateado proporcionalmente ao imobilizado existente em 31 de dezembro de 2008, uma vez que a Usina é considerada uma única unidade geradora de caixa.

#### **3.6 Custos de empréstimos**

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

## **Rio Verde Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 -- Continuação  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **3. Principais práticas contábeis adotadas -- Continuação**

#### **3.7 Ativos intangíveis**

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. No caso da Companhia, todos os ativos intangíveis são avaliados como vida útil definida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

#### **3.8 Caixa e equivalentes de caixa**

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considerada equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

## **Rio Verde Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 -- Continuação  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **3. Principais práticas contábeis adotadas -- Continuação**

#### **3.9 Provisões**

##### Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

##### Provisões para riscos cíveis

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas, quando necessário, para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

#### **3.10 Lucro por ação**

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ações utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41.

#### **3.11 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas**

A preparação das demonstrações contábeis da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações contábeis.

## Rio Verde Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 -- Continuação  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 3. Principais práticas contábeis adotadas -- Continuação

#### 3.11 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas -- Continuação

Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

##### Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste relevante no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

##### i. *Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiro*

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento pelo prazo de concessão e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

##### ii. *Valor justo de instrumentos financeiros*

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade.

## Rio Verde Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 -- Continuação  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 3. Principais práticas contábeis adotadas -- Continuação

#### 3.11 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas – Continuação

##### ii. Valor justo de instrumentos financeiros – Continuação

Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

##### iii. Provisões para riscos cíveis

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

### 4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Contas correntes bancárias	4.161	240
	<u>4.161</u>	<u>240</u>

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento financeiro ou outros fins.

### 5. Contas a receber

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Votorantim Comercializadora de Energia - Votener (i)	10.864	10.049
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (ii)	948	1.682
( - ) Provisão para crédito de liquidação duvidosa (ii)	(948)	(948)
	<u>10.864</u>	<u>10.783</u>

- (i) Venda de energia elétrica realizada no mês de dezembro de 2014 à Votener, conforme Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica firmado em junho de 2007.
- (ii) O montante a receber da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE no valor de R\$ 948, refere-se ao reembolso de energia elétrica adquirida no mês de agosto de 2010 em consequência da paralisação da operação por orientação da Operadora Nacional do Sistema – ONS, por motivo de intervenção em linhas de transmissão da rede básica. A aquisição de energia foi realizada para compor o lastro de energia vendida à Votener de acordo com o Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica.

## Rio Verde Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 -- Continuação  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 5. Contas a receber -- Continuação

O quadro a seguir demonstra os saldos a receber por vencimento:

	<b>31/12/2014</b>	31/12/2013
A vencer	<b>10.864</b>	10.049
Vencidas até 30 dias	-	734
Vencidas acima de 121 dias	<b>948</b>	948
	<b>11.812</b>	11.731

Não houve movimentação da provisão para devedores duvidosos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

A Companhia tem como procedimento efetuar a provisão para perda do valor recuperável, quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores envolvidos de acordo com o prazo original das contas a receber. O cálculo da provisão é baseado em estimativa suficiente para cobrir prováveis perdas na realização das contas a receber, considerando a situação de cada cliente e garantias oferecidas respectivamente.

### 6. Partes relacionadas

Os saldos de transações mantidas com empresas ligadas podem ser assim sumarizados:

	<b>Ativo</b>		<b>Passivo</b>	
	<b>31/12/2014</b>	<b>31/12/2013</b>	<b>31/12/2014</b>	<b>31/12/2013</b>
Rio Canoas Energia S.A. (i)	<b>2.698</b>	-	<b>1.485</b>	-
Rio Claro Operações e Manutenção Ltda. (ii)	<b>3.091</b>	2.877	<b>995</b>	1.081
Triunfo Negócio de Energia S.A. (iii)	-	-	-	2.188
Triunfo Participações e Investimentos S.A. (iv)	-	-	<b>360</b>	-
Outros	-	-	-	243
	<b>5.789</b>	<b>2.877</b>	<b>2.840</b>	<b>3.512</b>

## Rio Verde Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 -- Continuação  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 6. Partes relacionadas -- Continuação

	Resultado			
	Venda de energia		Compra de energia	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Rio Canoas Energia S.A. (i)	14.665	-	(17.615)	-
Triunfo Negócios de Energia S.A. (iii)	-	11.140	-	(12.984)
	<b>14.665</b>	<b>11.140</b>	<b>(17.615)</b>	<b>(12.984)</b>

	Serviços		Despesas administrativas	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Rio Claro Operação e Manutenção Ltda. (ii)	(12.528)	(11.000)	-	-
Triunfo Participações e Investimentos S.A. (iv)	-	-	(2.283)	(1.170)
	<b>(12.528)</b>	<b>(11.000)</b>	<b>(2.283)</b>	<b>(1.170)</b>

- (i) Saldo remanescente de Compra e Venda de Energia Elétrica, no montante total de 92.468 MWh para o período de abril a dezembro de 2014, ao preço fixo de R\$ 190,49/MWh.
- (ii) Refere-se ao adiantamento do contrato de Operação e Manutenção com a Rio Claro Operação e Manutenção Ltda., cujo montante será compensado com os serviços prestados no decorrer do ano de 2015.
- (iii) A Companhia possui acordo de compra e venda de energia com a Triunfo Negócio de Energia S.A., para suprir a falta ou a sobra de energia sazonalizada.
- (iv) Refere-se a rateio de despesas administrativas devidos a controladora conforme contrato..

As transações com partes relacionadas foram efetuadas de acordo com contrato celebrado entre as partes.

### 7. Aplicações financeiras vinculadas

	31/12/2014	31/12/2013
Banco Santander reserva da dívida BNDES (i)	11.514	12.298
Banco Itaú – CDB	-	663
	<b>11.514</b>	<b>12.961</b>

- (i) Conforme descrito na Nota 14, parte do recebimento de faturas da Companhia é retido para pagamento do principal e juros do financiamento do BNDES. A parcela retida é aplicada em fundos de renda fixa pós fixados.

## Rio Verde Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 -- Continuação  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 8. Impostos a recuperar

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
PIS e COFINS a recuperar (i)	1.885	8.506
IRPJ e CSLL a recuperar (ii)	974	-
Outros	-	12
	<u>2.859</u>	<u>8.518</u>

- (i) Em janeiro de 2011, a Companhia contratou uma empresa de consultoria especializada para identificação e validação dos créditos tributários do PIS e COFINS que incidiram nas aquisições de bens e serviços de fornecedores nacionais incorporados na rubrica "Ativo Imobilizado".

Os trabalhos foram conduzidos de acordo os Incisos VI e VII do art. 3º das Leis nº 10.637/02 e 10.833/03, as quais regulamentam a sistemática do PIS/COFINS não-cumulativo.

Em 31 de janeiro de 2011, a Administração da Companhia com base nos trabalhos realizados pela consultoria reclassificou o montante de R\$ 32.005 da rubrica "Ativo Imobilizado" referente aos créditos tributários, sendo R\$ 5.709 do PIS e R\$ 26.296 da COFINS. Os mesmos foram registrados na rubrica "Impostos a recuperar" e vêm sendo compensados proporcionalmente em 1/48 conforme legislação tributária vigente.

- (ii) Refere-se a estimativa de IRPJ e CSLL recolhido a maior, a ser recuperado em exercícios futuros.

### 9. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre base fiscal de ativos, passivos e o respectivo valor contábil.

O valor contábil do ativo e passivo fiscal diferidos, detalhado a seguir, é revisado periodicamente pela Companhia.

#### Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Imposto de renda diferido ativo sobre:		
Diferenças temporárias:		
Imobilizado - CPC 27 capitalização de despesas	2.796	2.796
(-) Realização das despesas – CPC 27	(466)	(363)
Provisão para devedores duvidosos	237	237
	<u>2.567</u>	<u>2.670</u>
Contribuição social diferida ativa sobre:		
Diferenças temporárias:		
Imobilizado – CPC 27 capitalização de despesas	1.007	1.007
(-) Realização das despesas – CPC 27	(168)	(131)
Provisão para devedores duvidosos	85	85
	<u>924</u>	<u>961</u>
Total do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	<u>3.491</u>	<u>3.631</u>

## Rio Verde Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 -- Continuação  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 9. Imposto de renda e contribuição social – Continuação

#### Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos -- Continuação

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Imposto de renda diferido passivo sobre:		
Diferenças temporárias:		
Custo atribuído ao ativo imobilizado – ICPC 10	30.001	31.326
	<u>30.001</u>	<u>31.326</u>
Contribuição social diferida passiva sobre:		
Diferenças temporárias:		
Custo atribuído ao ativo imobilizado – ICPC 10	10.799	11.277
	<u>10.799</u>	<u>11.277</u>
Total do imposto de renda e contribuição social diferidos passivos	<u>40.800</u>	<u>42.603</u>

As análises da Administração da Companhia indicam a plena recuperação dos valores de impostos diferidos reconhecidos e correspondem às melhores estimativas da Administração.

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram baseadas nas projeções dos lucros tributáveis, levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas para o exercício de 2014.

Essas estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro, tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões.

#### Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Lucro antes da tributação	11.417	18.469
Imposto de renda e contribuição social à taxa nominal combinada de 34%	(3.882)	(6.279)
Ajustes para demonstração da taxa efetiva:		
Exclusões permanentes	(516)	(411)
Juros sobre capital próprio	2.593	2.130
Imposto de renda e contribuição social à alíquota efetiva	<u>(1.805)</u>	<u>(4.560)</u>
Alíquota efetiva	16%	25%

## Rio Verde Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 -- Continuação  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 9. Imposto de renda e contribuição social -- Continuação

Os ativos e passivos relacionados ao imposto de renda e contribuição social correntes são:

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Créditos por antecipações de:		
Imposto de renda	2.644	3.035
Contribuição social	1.570	1.664
Imposto de renda retido na fonte sobre aplicação	228	173
	<u>4.442</u>	<u>4.872</u>
Valores a recolher de:		
Imposto de renda	(2.531)	(4.420)
Contribuição social	(936)	(1.666)
	<u>(3.467)</u>	<u>(6.086)</u>
Valor líquido a recuperar	<u>975</u>	<u>(1.214)</u>

## Rio Verde Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 -- Continuação  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 10. Imobilizado

	Em serviço administrativo		Em operação – UHE					Total
	Edificações	Outros imobilizados	Reservatórios, barragens e adutoras	Máquinas e equipamentos	Terrenos	Edificações, obras civis e benfeitorias	Imobilizado em andamento	
Em 31 de dezembro de 2013	260	845	321.914	210.801	51.801	39.780	-	625.401
Adições	-	75	-	-	-	-	1.162	1.237
Baixas	-	(100)	-	-	-	-	-	(100)
Em 31 de dezembro de 2014	<b>260</b>	<b>820</b>	<b>321.914</b>	<b>210.801</b>	<b>51.801</b>	<b>39.780</b>	<b>1.162</b>	<b>626.538</b>
Depreciação								
Em 31 de dezembro de 2013	(58)	(516)	(39.717)	(27.034)	(5.842)	(4.736)	-	(77.903)
Despesa de depreciação	(10)	(123)	(12.549)	(7.130)	(1.932)	(1.356)	-	(23.100)
Baixas	-	71	-	-	-	-	-	71
Em 31 de dezembro de 2014	<b>(68)</b>	<b>(568)</b>	<b>(52.266)</b>	<b>(34.164)</b>	<b>(7.774)</b>	<b>(6.092)</b>	<b>-</b>	<b>(100.932)</b>
Valor residual líquido:								
Em 31 de dezembro de 2014	<u>192</u>	<u>252</u>	<u>269.648</u>	<u>176.637</u>	<u>44.027</u>	<u>33.688</u>	<u>1.162</u>	<u>525.606</u>
Em 31 de dezembro de 2013	<u>202</u>	<u>329</u>	<u>282.197</u>	<u>183.767</u>	<u>45.959</u>	<u>35.044</u>	<u>-</u>	<u>547.498</u>
Taxa média depreciação (%)	3,66	15,00	3,90	3,38	3,73	3,41	-	

## Rio Verde Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 -- Continuação  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 10. Imobilizado -- Continuação

A Administração da Companhia com base na interpretação da Lei 8.987/95 e do Decreto nº 2.003/96, considera que não haverá indenização pelo Poder Concedente, ao final do prazo de concessão, do valor residual dos bens que integram o Projeto Original. Desta forma, a partir de 1º de janeiro de 2011 passou a depreciar os ativos que integram a Usina utilizando as Taxas da ANEEL, ou o prazo de concessão, dos dois o menor, em que pese a legislação e o contrato prever a possibilidade da renovação da concessão. A alteração da vida útil foi adotada de forma prospectiva conforme estabelece o CPC 23.

#### Custo atribuído (Deemed Cost)

	Ativos UHE Salto Rio Verde	IR diferido passivo (Nota 9)	Ajuste avaliação patrimonial (Nota 15)
Saldo em 31/12/2013	125.306	(42.603)	82.701
Depreciação do exercício	(5.303)	1.803	(3.500)
<b>Saldo em 31/12/2014</b>	<b>120.003</b>	<b>(40.800)</b>	<b>79.201</b>

#### Aplicação do custo atribuído ("deemed cost")

A Administração da Companhia, considerando as opções do CPC 43 Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos 15 a 40, decidiu atribuir um novo valor ("deemed cost") para os itens do ativo imobilizado. A Administração da Companhia contratou consultoria especializada para elaborar a avaliação do valor justo do seu ativo imobilizado com base em fluxo de caixa descontado, sendo o valor apurado no laudo de avaliação atribuído como o novo custo do imobilizado na data de transição para a adoção inicial dos CPCs.

O ajuste ao custo atribuído foi alocado proporcionalmente aos ativos da Usina em 31 de dezembro de 2008.

#### Dos bens vinculados à concessão

Os bens e as instalações utilizados na geração não podem ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

Em 31 de dezembro de 2014, os bens vinculados à concessão somam o montante de R\$ 525.162 (R\$ 546.967 em 31 de dezembro de 2013) e o prazo da concessão conforme descrito na Nota 1, é de 35 anos contados a partir da data de assinatura do contrato de concessão, que foi em 22 de julho de 2002.

## Rio Verde Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 -- Continuação  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 11. Intangível

A movimentação do intangível é como segue:

	<u>Softwares</u>	<u>Total</u>
Custo		
Em 31 de dezembro de 2013	120	120
Adições	20	20
Em 31 de dezembro de 2014	<u>140</u>	<u>140</u>
Amortização		
Em 31 de dezembro de 2013	(30)	(30)
Despesa de amortização do exercício	(11)	(11)
Em 31 de dezembro de 2014	<u>(41)</u>	<u>(41)</u>
Valor residual líquido:		
Em 31 de dezembro de 2014	<u>99</u>	<u>99</u>
Em 31 de dezembro de 2013	<u>91</u>	<u>91</u>
Taxa média de depreciação	10%	10%

### 12. Fornecedores

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE	<b>5.738</b>	-
Tarifa do Uso de Sistema de Transmissão – TUST	<b>828</b>	797
Fornecedor de serviços e materiais	<b>413</b>	120
	<u><b>6.979</b></u>	<u>917</u>

### 13. Encargos setoriais

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Projeto e Desenvolvimento - P&D	<b>2.479</b>	2.316
Compensação Financeira de Recursos Hídricos	<b>697</b>	-
Uso do Bem Público - UBP	<b>101</b>	94
Taxa de Fiscalização - ANEEL	<b>18</b>	-
	<u><b>3.295</b></u>	<u>2.410</u>

### 14. Empréstimos e financiamentos

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Banco Nacional de Desenvolvimento Social - BNDES	<b>259.837</b>	281.898
Custos com captação de empréstimos e financiamentos	<b>(3.283)</b>	(3.562)
	<u><b>256.554</b></u>	<u>278.336</u>
Passivo circulante	<b>18.888</b>	18.487
Passivo não circulante	<b>237.666</b>	259.849

## Rio Verde Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 -- Continuação  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 14. Empréstimos e financiamentos -- Continuação

#### BNDES

Em 10 de setembro de 2008, a Companhia firmou contrato de financiamento mediante abertura de crédito com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, que prevê a liberação de R\$ 289.700 destinados a implantação da UHE Salto, bem como o sistema de Transmissão associado a usina, dividido assim em dois sub-créditos nos respectivos valores de R\$ 277.937 e de R\$ 11.763.

As condições estabelecidas para a amortização da dívida é de 192 meses, vencendo a primeira parcela em 15 de outubro de 2010, atualizada pela taxa de juros a longo prazo – TJLP acrescida de remuneração básica e “*spread*” de risco definidos em 1,81% ao ano, equivalente a 0,1496% ao mês.

Em 27 de outubro de 2009, foi aprovado pelo BNDES o crédito suplementar ao financiamento, no valor de R\$ 23.184. As condições estabelecidas para a amortização da dívida é de 192 meses, vencendo a primeira parcela em 15 de outubro de 2010, atualizada pela taxa de juros a longo prazo – TJLP acrescida de remuneração básica e “*spread*” de risco definidos em 2,16% ao ano, equivalente a 0,1782% ao mês.

Durante o exercício de 2014, a Companhia pagou R\$ 22.049 de principal e R\$ 18.164 de juros conforme cronograma de pagamentos definidos em contrato.

As garantias consistem no (i) penhor dos Direitos Emergentes da Concessão; (ii) penhor dos Direitos Creditórios sobre o PPA firmado com a Votener, descrito na Nota 1 e (iii) penhor da totalidade das ações de emissão da Companhia, tendo seus acionistas como intervenientes no contrato. Adicionalmente, em atendimento ao disposto na cláusula 11ª, item XXXII, do contrato firmado com o BNDES, a Companhia encontra-se em conformidade com as cláusulas restritivas de crédito estabelecidas no mesmo.

Em 1º de dezembro de 2008, a Companhia firmou com o BNDES um contrato de Administração de Contas e outras Avenças para constituir a conta reserva da dívida e de operação e manutenção, a partir da receita proveniente dos contratos de comercialização, formada pela retenção de 35% do recebimento das faturas, sendo esta reserva registrada na rubrica “aplicações financeiras vinculadas”, conforme Nota 7.

O cronograma de amortização do financiamento em 31 de dezembro de 2014 está assim distribuído:

<u>Ano</u>	<u>Valor</u>
2015	20.787
2016	20.787
2017	20.787
2018	20.787
2019	20.787
Após 2019	155.902
	<u>259.837</u>

## Rio Verde Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 -- Continuação  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 15. Outras obrigações

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Arrendamento mercantil	-	23
Outras obrigações (i)	<u>7.128</u>	<u>7.126</u>
<b>Total geral de outras obrigações</b>	<b><u>7.128</u></b>	<b><u>7.149</u></b>

(i) Refere-se basicamente a garantia prestada por terceiros.

### 16. Patrimônio líquido

#### 16.1 Capital social

O Capital Social da Companhia em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 130.000 (cento e trinta milhões de reais), dividido em 70.586.021 (setenta milhões, quinhentos e oitenta e seis mil e vinte e uma) ações ordinárias nominativas, todas sem valor nominal. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

A distribuição das ações está assim representada:

Triunfo Participações e Investimentos S.A.	70.586.016
Membros do Conselho de Administração	4
Companhia Brasileira de Alumínio (CBA)	<u>1</u>
	<u>70.586.021</u>

#### 16.2 Acordo de acionistas

Em 30 de junho de 2008, foi firmado o Acordo de Acionistas entre a Triunfo Participações e Investimentos S.A. (Triunfo) e a Companhia Brasileira de Alumínio (CBA), que estabeleceu as seguintes determinações:

- i. A CBA garantirá o financiamento de longo prazo junto ao BNDES a ser obtido pela Companhia, e terá o direito de fiscalizar e acompanhar a execução das obras necessárias à implantação da UHE Salto;
- ii. Transferência gratuita da Triunfo para a CBA de 1 (uma) ação ordinária nominativa de emissão da Rio Verde, conforme apresentada no parágrafo anterior. Esta transferência tem caráter resolúvel e transitório, pela qual se reputará extinta se verificadas as seguintes condições:
  - a) No início do fornecimento de energia, conforme contrato firmado de Compra e Venda de Energia com a Votener ou caso ocorra a substituição da garantia outorgada pela CBA perante ao BNDES, com desoneração desta;

## Rio Verde Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 -- Continuação  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 16. Patrimônio Líquido -- Continuação

#### 16.2 Acordo de acionistas -- Continuação

- b) Caso o BNDES venha no prazo de 90 dias contados da data de assinatura deste acordo deixar de aprovar ou celebrar o contrato de abertura de crédito com a Companhia.
- iii. A CBA terá o direito, mas não a obrigação, de aportar diretamente na Rio Verde os valores necessários para a continuidade das obras de implantação da UHE Salto, com a obrigação da Triunfo de transferir as ações integralizadas pela CBA, para o nome desta, caso encontrem-se já subscritas pela Triunfo;
- iv. A CBA terá o direito de preferência na aquisição das Ações da Rio Verde, detidas pela Triunfo, caso esta pretenda transferi-la a terceiros desde de que se manifeste o interesse no período de 30 dias;
- v. Ficam assegurados à Triunfo amplos poderes de controle e gerenciamento da Rio Verde e das atividades para a implantação da UHE de Salto, conforme determina a Lei nº 6.404/76 e o estatuto da Companhia.
- vi. O controle acionário da Companhia não poderá ser transferido, cedido ou de qualquer forma, alienado, direta ou indiretamente, gratuita ou onerosamente, sem prévia concordância da ANEEL.

#### 16.3 Ajuste de avaliação patrimonial

A Companhia decidiu atribuir novo custo aos saldos de seus ativos imobilizados na data-base da transição para a adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos 15 a 40, em 1º de janeiro de 2009. Na data de transição o valor desta mais valia, no montante de R\$ 143.194, foi registrado no ativo imobilizado em contra partida a patrimônio líquido, na rubrica Ajuste de Avaliação Patrimonial, líquido dos efeitos tributários os quais estão classificados como imposto de renda e contribuição social diferidos no passivo não circulante, e serão realizados na medida da depreciação da respectiva mais valia ou alienação dos bens a ela vinculados (vide detalhes na nota 10). Em 31 de dezembro de 2014, o ajuste ao custo atribuído no patrimônio líquido, líquido dos impostos diferidos, é de R\$ 79.201 (R\$ 82.701 em 31 de dezembro de 2013).

## Rio Verde Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 -- Continuação  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 16. Patrimônio líquido -- Continuação

#### 16.4 Reserva de lucros

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Reserva de lucros a destinar	22.133	19.913
Reserva legal (i)	3.117	2.636
<b>Total Reserva de Lucros</b>	<b>25.250</b>	<b>22.549</b>

(i) A Reserva legal é constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital, de acordo com o artigo 193 da Lei 6.404.

#### 16.5 Distribuição de lucros (dividendos) e pagamento de juros sobre capital próprio

No exercício de 2014 foram deliberados a distribuição de lucros (dividendos 25%) e pagamento de juros sobre capital próprio aos quotistas. Os juros foram calculados com base a variação da Taxa de Juros a Longo Prazo – TJLP.

No exercício de 2013 a Companhia aprovou o pagamento de R\$ 8.000 na forma de dividendos adicionais, conforme Ata de Reunião dos Membros do Conselho de Administração, datada em 20 de outubro de 2013; sendo efetivamente pagos durante o ano de 2013 o valor de R\$ 4.694 e no 1º trimestre de 2014 o valor de R\$ 500.

O montante dos juros sobre capital próprio em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 5.849 (R\$ 5.292 em 31 de dezembro de 2013) líquidos de imposto de renda retido na fonte e foram registrados como despesa financeira. No entanto, para efeito desta demonstração contábil, estes juros são apresentados como distribuição de lucro líquido no patrimônio líquido conforme determinam as práticas contábeis adotadas no Brasil.

O saldo remanescente do lucro apurado em 2014 foi mantido na conta de lucros acumulados no patrimônio líquido e será distribuído assim que os sócios determinarem.

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Lucro líquido do exercício	9.612	13.909
(-) Constituição de reserva legal - 5%	(481)	(870)
	9.131	13.039
Dividendos propostos	2.283	4.135
Total de dividendos	<u>2.283</u>	<u>4.135</u>

## Rio Verde Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 -- Continuação  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 17. Receita operacional líquida

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Receita bruta de vendas	144.141	130.973
( - ) Deduções da receita (impostos sobre vendas)		
COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	(10.955)	(9.880)
PIS - Programa de Integração Social	(2.378)	(2.145)
( - ) Encargos setoriais – Pesquisa & Desenvolvimento	(1.296)	(1.168)
( - ) Total deduções da receita operacional	<u>(14.629)</u>	<u>(13.193)</u>
<b>Receita operacional líquida</b>	<b><u>129.512</u></b>	<b><u>117.780</u></b>

### 18. Despesas Administrativas

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Serviços de terceiros	(5.019)	(2.184)
Despesas com diárias e estadias	(206)	(177)
Associações e órgãos de energia elétrica	(153)	-
Compartilhamento de estrutura (i)	(2.283)	(1.170)
Outras despesas	(541)	(404)
	<u>(8.202)</u>	<u>(3.935)</u>

(i) Refere-se a rateio de despesas da Controladora (TPI) repassadas às investidas.

### 19. Remuneração dos administradores

O Conselho de Administração é composto por quatro membros, e cada um possui uma ação ordinária. Os membros da diretoria executiva não possuem ações da Companhia.

Não existe na Companhia plano de bonificação adicional aos honorários dos membros do Conselho de Administração ou da diretoria executiva. O valor total da remuneração paga até 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 740 (R\$ 703 em 31 de dezembro de 2013).

## Rio Verde Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 -- Continuação  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 20. Resultado financeiro

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Receita financeira:		
Rendimento de aplicação financeira	1.409	2.042
	<u>1.409</u>	<u>2.042</u>
Despesa financeira:		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(18.430)	(19.637)
Comissão garantia	(34)	(279)
Outros juros, multas e atualizações	(479)	(1.043)
	<u>(18.943)</u>	<u>(20.959)</u>
<b>Resultado financeiro</b>	<u><b>(17.534)</b></u>	<u><b>(18.917)</b></u>

### 21. Lucro por ação

O cálculo básico de lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período. Até 31 de dezembro de 2014 e no ano de 2013, não houve transações envolvendo ações que pudessem afetar a diluição das ações, desta forma, o lucro básico e o diluído são similares.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico por ação:

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Resultado básico e diluído por ação		
<b>Numerador</b>		
Lucro do exercício atribuído aos acionistas da Companhia	9.612	13.909
<b>Denominador (em ações)</b>		
Média ponderada de número de mil ações ordinárias	70.586	70.586
Resultado básico e diluído por ação (em R\$)	<u><b>0,1362</b></u>	<u><b>0,1971</b></u>

### 22. Provisão para riscos cíveis

A Companhia é parte envolvida em processos cíveis, e está discutindo essas questões na esfera judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais.

Apoiada na opinião de advogados e consultores legais, foi constituída provisão de R\$ 89 para os processos litigiosos. A Administração acredita que as provisões constituídas são suficientes para cobrir perdas prováveis e razoavelmente estimáveis no caso de uma decisão judicial desfavorável.

## Rio Verde Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 -- Continuação  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 22. Provisão para riscos cíveis -- Continuação

Não foram constituídas provisões contábeis para as contingências avaliadas pelos assessores jurídicos da Companhia como perdas possíveis. Estas contingências, relativas a área cível, estão representadas pelo montante de R\$ 60.

### 23. Instrumentos financeiros

A Companhia não contrata operações envolvendo derivativos financeiros como proteção à exposição aos riscos de mercado, moedas e taxas de juros, conforme política da Administração.

#### 23.1 Considerações gerais

A Companhia efetuou avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado.

Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

Os instrumentos financeiros da Companhia são apresentados em atendimento aos Pronunciamentos Técnicos CPCs 38, 39 e 40.

É apresentada a seguir uma tabela de comparação por classe de valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, apresentados nas demonstrações financeiras:

	Valor contábil		Valor justo	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
<b>Ativos financeiros</b>				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	4.161	240	4.161	240
Contas a receber (Nota 5)	10.864	10.783	10.864	10.783
Aplicações financeiras(Nota 7)	11.514	12.961	11.514	12.961
	<b>26.539</b>	23.984	<b>26.539</b>	23.984
<b>Passivos financeiros</b>				
Empréstimos e financiamentos(Nota 14)	259.837	281.898	259.837	281.898
Fornecedores (Nota 12)	6.979	917	6.979	917
	<b>266.816</b>	282.815	<b>266.816</b>	282.815

## Rio Verde Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 -- Continuação  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 23. Instrumentos financeiros -- Continuação

#### 23.1 Considerações gerais -- Continuação

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. As contas de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.

#### Análise da sensibilidade dos passivos financeiros

Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados a variação da TJLP para financiamentos junto ao BNDES e CDI para aplicações financeiras.

Os CPCs 38, 39 e 40, dispõem sobre a apresentação de informações sobre instrumentos financeiros, em nota explicativa específica, e sobre a divulgação do quadro demonstrativo de análise de sensibilidade.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas dívidas ao qual a Companhia está exposta com BNDES na data base de 31 de dezembro de 2014, foram definidos 3 cenários diferentes. Com base nos valores da TJLP vigentes em 31 de dezembro de 2014, foi definido o cenário provável para o ano de 2014 e a partir deste, calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração a incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2014. A data base utilizada para os financiamentos foi 31 de dezembro de 2014 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

<b>Operação</b>	<b>Risco</b>	<b>Cenário Provável I</b>	<b>Cenário II(25%)</b>	<b>Cenário III(50%)</b>
Financiamentos - BNDES		12.992	16.240	19.488
Taxa sujeita à variação R\$ 259.837*	TJLP	5,0%	6,25%	7,5%

\* Saldos em 31 de dezembro de 2014

A Companhia tem contratos de empréstimos e financiamentos com cláusulas restritivas ("covenants") normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionados ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas foram atendidas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações.

## Rio Verde Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 -- Continuação  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 23. Instrumentos financeiros – Continuação

#### 23.2 Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia

As operações da Companhia compreendem a geração, a compra e a venda de energia elétrica para companhias distribuidoras e empresas privadas. As vendas são efetuadas por meio de contratos, que determinam a quantidade e o preço de venda da energia elétrica. O valor da tarifa do contrato vigente com a Votener, conforme descrito na Nota 1 é reajustado anualmente pela variação do IGP-M. Eventuais diferenças entre a quantidade de energia gerada e o somatório das quantidades vendidas por meio do contrato (faltas ou sobras) são ajustadas por meio das regras e procedimentos de comercialização, definidos pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”).

##### Risco de crédito

As vendas de energia estão garantidas e asseguradas pelo poder concedente, conforme descrito na Nota 1.

##### Risco de preço

A totalidade da energia assegurada está vendida para a Votener pelo período de 16 anos. O valor do preço desse contrato (preço inicial de R\$ 126,00 e final de R\$ 132,00 por MW/h) é reajustado anualmente pela variação do IGP-M.

##### Risco de taxas de juros e indexadores

O principal empréstimo da Companhia tem encargos financeiros correspondentes a TJLP + 1,81% ao ano. Consequentemente, o resultado da Companhia é afetado pela variação desse índice de atualização.

As aplicações financeiras da Companhia foram efetuadas em fundos com liquidez diária e estavam ajustadas pelo valor das quotas desses fundos.

##### Risco hidrológico

Risco associado à escassez de água destinada à geração de energia. O Sistema Interligado Nacional (SIN) é atendido por 85% de geração hidráulica. Para atenuar estes riscos, foi criado o MRE (Mecanismo de Realocação de Energia) que é um mecanismo financeiro de compartilhamento entre as regiões do SIN dos riscos hidrológicos das usinas despachadas centralizadamente pelo ONS.

É importante ressaltar que o risco é sistêmico, ou seja, haverá efetivo risco às empresas que possuem usinas hidroelétricas quando o sistema como um todo estiver em condição hidrológica desfavorável e não apenas a região onde estas usinas estão localizadas.

## Rio Verde Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 -- Continuação  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 23. Instrumentos financeiros -- Continuação

#### 23.2 Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia -- Continuação

##### Risco hidrológico -- Continuação

É importante ressaltar que o risco é sistêmico, ou seja, haverá efetivo risco às empresas que possuem usinas hidroelétricas quando o sistema como um todo estiver em condição hidrológica desfavorável e não apenas a região onde estas usinas estão localizadas.

##### Risco de regulação

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

#### 23.3 Gestão de capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha um *rating* de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

A Companhia controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Para manter ajustada esta estrutura, a Companhia poderá com base nas projeções efetuar pagamentos de dividendos e retorno de capital aos acionistas.

A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos, financiamentos, menos caixa e equivalentes de caixa.

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Empréstimos e financiamentos	256.554	278.336
(-) Caixa e equivalente de caixa e aplicações	(4.161)	(240)
(-) Aplicações financeiras	(11.514)	(12.961)
<b>Dívida líquida</b>	<b>240.879</b>	<b>265.135</b>
Patrimônio líquido	234.451	235.250
<b>Patrimônio líquido e dívida líquida</b>	<b>475.330</b>	<b>500.385</b>
Quociente de alavancagem	51%	53%

## Rio Verde Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 -- Continuação  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 24. Seguros

A Companhia adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e a relevância por montantes considerados suficientes, levando em consideração a natureza de sua atividade e a orientação de seus consultores de seguros.

<b>Ramo de Seguro</b>	<b>Vencimento</b>	<b>Importância segurada</b>	<b>Prêmio</b>
Responsabilidade civil (operação)	25/07/2015	10.000	55
Riscos operacionais	25/07/2015	330.000	416
Automóveis	21/11/2015	400	14

A importância segurada corresponde a 100% do valor das apólices. A suficiência da cobertura de seguros foi determinada e avaliada quanto à adequação pela Administração da Companhia.

### 25. Evento subsequente

Conforme Despacho ANEEL nº 4.547, de 21 de novembro de 2014, foi aprovado a compatibilização entre o plano de contas do setor elétrico vigente para o novo plano de contas a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2015, estabelecido pela Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014.

A Companhia, na condição de concessionária de produção independente de energia elétrica, em atendimento à legislação do setor elétrico, procederá as adequações necessárias para a implantação e utilização do novo plano de contas do setor elétrico brasileiro.